

---

## O MANUAL DE MATTOSO CÂMARA E O PROCESSO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DA LINGUÍSTICA

**Edna André Soares Melo**

**Universidade do Estado de Mato Grosso- Brasil**

**RESUMO:** Este artigo apresenta o “Manual de expressão Oral e Escrita” do autor Mattoso Câmara como um instrumento científico-pedagógico importante no processo de institucionalização da Linguística no Brasil. Tomamos a perspectiva da Análise de Discurso de linha francesa para compreender como as ideias linguísticas foram se textualizando nos programas escolares.

**PALAVRAS-CHAVE:** Gramática, Linguística, textualização, Programas escolares

**ABSTRACT:** This article presents the “The oral and writing expression. Manual” by Mattoso Câmara as an important scientific-pedagogic instrument on the process of institutionalization of Linguistic in Brazil. We took the discourse Analysis approach from French line to understand how the linguistic ideas were becoming textualized on the school programs.

**KEY-WORDS:** Grammar, Linguistic, Textualization, School Programs

### 1.0.História das idéias Linguísticas e a História da Sociedade Brasileira.

Em busca de compreender o processo de textualização da linguística nos programas escolares na década de 60 e 70, filiamos-nos na teoria da Análise de discurso da linha francesa para qual fazer história nas ciências da linguagem é diferente de fazer historiografia. A história das idéias linguísticas toma o ponto de vista interno ao próprio conhecimento sobre a linguagem e não do ponto de vista externo como faz o historiador.

Para Orlandi, a abordagem discursiva

Permite analisar os discursos da e sobre a língua e a praticar as novas leituras de arquivo que está sujeito a equívoco, dando lugar a releituras, a divisões, a diferentes filiações teóricas, em suma, dando lugar à crítica em relação às teorias (2002:9)

Nos estudos da “História das idéias linguísticas”, ao invés de fazer história da sociedade brasileira aí incluindo a língua, os pesquisadores mostram como o estudo

sobre a história da língua e de seu conhecimento pode nos "falar" da sociedade e da história política da época. Como afirma ainda Orlandi (2002:16), a história das idéias linguística inclui o político e põe a questão da ética, uma vez que esta trata de modo como funcionam os princípios que fundamentam a vida social. Para esta autora, o processo de produção do saber adquire o sentido de uma prática que deixa resultados na história do homem. Desse modo, pela história de constituição da língua e do conhecimento a respeito dela, Orlandi diz que pode observar a história do país.

O nosso interesse nessa abordagem concentra-se na institucionalização da linguística no Brasil por meio das descrições científicas formuladas por Mattoso Câmara, o pioneiro dos estudos linguísticos do Português do Brasil. Com esta finalidade, trazemos para nossa reflexão o Manual de Expressão Oral e escrita também obra de Mattoso Câmara que caracterizamos como um instrumento científico-pedagógico.

Fazendo uma leitura deste manual, levantamos a seguinte questão: como se dá a textualização das idéias linguísticas no Manual de Mattoso Câmara publicado na década de 60 e 70? Diante da contradição entre o pedagógico e o científico constituído no referido material, temos a hipótese de que a textualização das teorias linguísticas, neste recurso pedagógico, se dá no confronto do sujeito da ciência (a quem interessa a descrição dos fatos linguísticos) com o sujeito professor (o responsável na escola em ensina "a arte de falar e escrever corretamente"). Função esta que lhe é atribuída pela sociedade e pelo Estado que busca a homogeneização da língua e da nacionalidade. Para nosso trabalho é importante observar que Mattoso Câmara, além de cientista da linguagem, era professor no ensino oficial do país na década de 60.

Na perspectiva da Análise do Discurso, o manual analisado constitui-se em um arquivo de histórias e de interpretações em práticas específicas de leituras.

*O próprio dessas práticas é relacionar o dizer com o não dizer, com o dito em outro lugar e com o que poderia ser dito. Essa escuta tem de particular o ser sensível às relações de sentido - seja pelo trabalho da memória (o interdiscurso) seja pela menção (a intertextualidade). (ORLANDI, 2001: 7-8)*

Além dos dicionários e gramáticas, outros recursos foram produzidos no Brasil para difundir as idéias da linguística tais como: monografias, súmulas. Listas de vocábulos, livros didáticos e manuais. Considerando o Manual de Mattoso Câmara como um arquivo de idéias linguísticas, vamos tomá-lo como material de nossa reflexão.

Para Auroux (1992:65), *gramatização é o processo que conduz a descrever e a instrumentalizar uma língua na base de duas tecnologias que são ainda hoje os pilares de nosso saber metalinguístico: a gramática e o dicionário.*

Portanto, o Manual aqui colocado como objeto de reflexão constitui, a nosso ver, um recurso que contribui na institucionalização e difusão da linguística no Brasil.

#### 1.0. Mattoso Câmara: o ensino das normas ou dos fatos da língua?

O *Manual de expressão oral e escrita* constitui-se de uma súmula de aulas de Joaquim Mattoso Câmara Júnior ministradas por anos consecutivos aos oficiais alunos da Escola de Comando e Estado Maior de Aeronáutica no Rio de Janeiro a convite da direção dessa instituição. O objetivo destas anotações, a princípio, era de sistematizar os cursos ministrados. Entretanto, a pedido de seus amigos ele as divulgou com as primeiras edições em 1961, 1964, uma vez que as mesmas foram incluídas no programa de ensino de português daquela escola: *as aulas contidas no manual foram utilizadas para o ensino de Português na Escola Naval por iniciativa do ilustre professor Hamilton Elia*. (Explicação Prévia de Mattoso Câmara, 1985:7)

Após a morte de Mattoso Câmara em 1970, dona Maria Irene Ramos Câmara, viúva de Joaquim Mattoso Câmara, ofereceu o lançamento de uma nova edição deste livro que estava esgotado a fim de atender as solicitações de vários estudiosos da língua.

O manual em questão é a 8ª edição publicada em 1985. Ele apresenta regras de uma boa linguagem em cento e cinquenta e cinco páginas e está dividida em dezoito capítulos.

Como já dissemos, as aulas de Mattoso, organizadas neste Manual, eram destinadas aos oficiais graduados da força Aérea do Brasil que faziam parte da elite do país. Nesta posição, a utilização de uma *boa linguagem* era necessária para quem exercia um *status social*. Segundo Mattoso Câmara, *um caso particular era dos oficiais graduados da nossa Força Aérea, digamos. O que dizem ou escrevem está ligado a esse status social. Têm, por suas próprias funções, de se dirigir a meios civis e a meios militares*. (1985:14)

Portanto, as aulas dadas na Escola de Comando e Estado Maior da Aeronáutica eram pensadas não só no seu aspecto normativo ou de uso para um público geral, mas principalmente para um grupo seletivo de militares numa escola de formação dos seus graduados. Mattoso Câmara diz: *o uso da palavra, nas mais diversas condições, em meios civis ou militares é uma contingência permanente de um oficial graduado, ampliando ainda mais no mundo contemporâneo com o desenvolvimento das comunicações radiofônicas*. (ibid.16)

A disciplinarização e institucionalização do ensino da língua "normal" também se estabelecem nesta escola em consonância com a disciplina e status que é inerente da própria formação militar naquele contexto histórico. Para Mattoso (1985: 89), *quando nos referimos à linguagem normal, temos em vista a língua das classes*

cultas. A correção consiste, em última análise, numa obediência à norma linguística que vigora nas camadas superiores da sociedade.

Este conceito de correção exclui a camada social que fala a língua popular, “a falada pelas massas”. Nesta perspectiva, os dirigentes devem aprender a falar e escrever “corretamente” para que tenham o status de pertencer à camada superior da sociedade. Neste sentido, aparecem os sujeitos sociais estratificados do uso da língua. Ao enunciar camada superior da língua fica silenciado um outro sujeito social (camada inferior). *A entrada deste sujeito social põe de pronto a questão da correção e da normatividade no uso da língua. (...) normatividade que fica remetida a estas distinções sociais* (GUIMARÃES, 2000: 25-26)

Mattoso Câmara (1985: 89), no capítulo *A correção da linguagem*, diz que a língua se apresenta sempre uma diferenciação de acordo com as camadas sociais que a usam:

- a) Uma língua popular, própria das massas mais ou menos iletradas. (idem: ibidem)
- b) Uma língua culta, que é um meio-termo entre o uso espontâneo da linguagem de todos os dias nas classes instruídas da sociedade e a língua que se encontra consignada nos grandes monumentos literários (idem: ibidem)

Em busca de compreender o processo de institucionalização da linguística no Brasil. Lagazzi - Rodrigues (2002: 13-22) traz para seus estudos os livros *Princípios de Linguística Geral e História e Estrutura da Língua Portuguesa* de Joaquim Mattoso Câmara. Segundo esta autora, Mattoso Câmara consolida, para a linguística no Brasil, a posição do linguísta como analista, pela descrição da língua portuguesa e para o reconhecimento dos estudos linguísticos. Entretanto, constatamos que além destas duas obras importantes de Mattoso Câmara há *Manual de Expressão Oral Escrita* que também faz parte deste processo ao compor o programa de uma Escola militar no Rio de Janeiro.

Para Orlandi (2002: 16), *as instituições que sustentam seu ensino são vistas como lugares de formação da cidadania e, no que diz respeito à língua, lugar de conhecimento legítimo e de domínio da “boa linguagem”, da boa retórica, da boa escrita.*

Por isso, tomando a posição da análise de discurso de linha francesa, pretendemos compreender, dentro do processo de institucionalização da linguística no Brasil, como as idéias linguísticas foram se textualizando nos programas escolares. Para tanto, trazemos para o nosso estudo o Manual de Mattoso Câmara como um instrumento linguístico flagrado em uma biblioteca de instituição de ensino que serve como matérias de consulta dos professores de Português.

Com isso, propomos fazer uma (re) leitura deste manual adotado para o ensino da língua portuguesa nos anos 60 e 70 no Brasil no qual o autor questiona vários preceitos da gramática, Mattoso Câmara aborda o termo *língua popular* (da massa), *língua culta* (da classe superior da sociedade) e estabelece o conceito de *discordância de uso*.

Refletindo sobre o conceito de massa, tomamos os trabalhos de Guimarães (1999/2000: 13-16) sobre *A Analogia e a Ética da inclusão do Povo*. Nesta reflexão, Guimarães diz que para Pacheco Silva a analogia é a razão das mudanças linguísticas e que “o povo, diante da necessidade de exprimir idéias novas, em lugar de criar novas palavras, serve-se de termos conhecidos mudando-lhes ou renovando-lhes os sentidos.” Segundo Pacheco Silva, a palavra pode modificar-se, em certa medida, sob a influência de condições externas e as mudanças se dão pela ação da analogia por influência destas condições (Said Ali apud Guimarães, 1999/2000)

Guimarães (idem: 14) diz que torna-se importante observar como Pacheco Silva, ao configurar a questão da analogia, coloca em cena, como sujeito da ação analógica, o povo. O conceito de massa é retomado por Darmesteter (apud Guimarães, idem: ibidem) ao nomear *faule* (massa) por *peuple* (povo), para dizer que deve haver um acordo entre autor das mudanças e o povo. Segundo Guimarães, o povo na *Gramática da Língua Portuguesa* de Pacheco Silva caracteriza-se enquanto um sujeito nacional que deve aprender a língua sob o signo da correção. Em outras palavras, continua o autor, o sujeito coletivo é determinado enquanto identificado pela ação da instituição escolar e por outro lado, este sujeito é constituído no interior do *Noções de Semântica* como um sujeito psicológico.

O povo enquanto sujeito coletivo muda o sentido da palavra segundo as condições externas. Nas condições brasileiras, Pacheco coloca em cena um sujeito social remetido ao Estado e à constituição da Nação, afirma Guimarães, concluindo que:

A constituição deste sujeito coletivo sócio-político se fundamenta numa ética que fica tensionada entre um princípio ético de unidade, uma ética do Estado que busca a homogeneização (que inclui a semântica na gramática), e um princípio ético das diferenças, que pode abrigar os brasileirismos e provincialismos, que inclui a gramática na semântica. (GUIMARÃES, 1999/2000: 15-16).

Esse sujeito coletivo psicológico aparece no Manual de Mattoso Câmara quando ele comenta o critério histórico da escrita ortográfica da palavra “massa”.

**massa** no sentido de povo é com ss, porque a origem do emprego está na linguagem figurada dos doutores da igreja,

---

que comparavam o povo à massa ou pasta do pão ou do barro em que é preciso trabalhar. (1985: 82)

Nesta perspectiva, a “massa” deve ser submetida às investigações escolares para que seja trabalhada sob o signo da correção da língua em busca da homogeneização, produzindo desta forma, o efeito de unidade linguística nacional.

Mattoso Câmara, entretanto, nos mostra que há uma “luta” entre a língua popular e a língua culta na “procura” de estabelecer uma correção. A palavra “luta” nos remete a uma resistência da fala do povo ao produzir novos sentidos contra a estabilização destes imposta pela “língua culta”. Ao procurar manter uma norma geral uniforme, os gramáticos produzem um apagamento das diferenças regionais que são os veículos da alteração semântica e das mudanças linguísticas.

*a nossa língua materna tende sempre a apresentar diferenças de região para região do país. Mas as diferenças regionais são especialmente no âmbito da língua popular. Na língua culta **luta-se** contra elas, e **procura-se** manter uma norma geral uniforme, da mesma sorte que são condenadas as peculiaridade linguísticas. (MATTOSO CÂMARA, 1985: 89)*

Mattoso Câmara ocupa uma posição de linguística ao impessoalizar o agente do verbo “lutar” e “procurar”. Luta-se, procura-se. O linguista exclui-se da posição daquele que luta pela uniformidade da língua. O prof. Anthony Naro (1976) disse que:

Mattoso mantém-se {no manual} numa posição de equilíbrio entre purista, para quem a língua literária é o único aceitável, e o ponto de vista de muito linguistas para quem o uso é definido pelo que ocorre no discurso.

Do ponto de vista, Mattoso Câmara, no Manual de Expressão Oral e Escrita, fala, predominantemente, da posição de um sujeito que descreve os fatos da língua ao apontar as incoerências e inconsistência da gramática. Para demonstrar a nossa afirmação, vamos ao enunciado abaixo:

*A correção é a obediência a esse padrão linguístico. **Se** ele fosse uno e perfeitamente estável, não haveria maior problema. Acontece, porém, que a sua unidade e estabilidade só existe como um ideal, que em nenhuma sociedade humana se realiza espontaneamente. (MATTOSO CÂMARA, 1985: 88)*

A conjunção “Se”, no enunciado acima, caracteriza o sujeito linguista que se opõe a uma concepção de língua voltada para a norma. Desta forma, Mattoso está subordinando o normativismo à observação da língua. Para ele, hierarquicamente superior às regras está a compreensão do fato, equivalendo à tarefa da Ciência da Linguagem como já afirmava Baldini (2002: 38)

Para nós, as idéias linguísticas textualizam-se nos programas escolares quando se instalam similares (manual, livros, apostilas). O sujeito da ciência dentro da instituição oficial de ensino é interpelado ideologicamente pela normatividade, mesmo se excluindo sintaticamente do enunciado.

Mattoso Câmara atribui a autoria das prescrições e de suas coerções aos gramáticos, professores e filólogos. No entanto, como vimos anteriormente, ele assume a posição de quem zela pela correlação ao defender “ser correto”, “uso de boa linguagem” e o manual como um “guia prático para o uso da língua”. A operação enunciativa “boa linguagem” irrompe o sentido de uma “linguagem defeituosa”. A oposição entre “boa linguagem e linguagem defeituosa” expõe o sujeito gramático em confronto com a posição de sujeito linguista. Portanto, a textualização do linguista está no limiar entre o normativo e o científico.

A filiação normativa do linguista aparece marcada pelo uso de expressões prescritivas nos recortes abaixo.

O cuidado da correção gramatical evita que se afronte um sentimento linguístico enraizado, que o mais das vezes tem uma motivação profunda. (1985:13)

(...) não se trata, então, de **erros** e sim discordâncias de uso. (idem: 92)

“uma vez compreendida a importância da **boa** linguagem (...)” (1985: 17)

“limitamo-nos aqui a chamar a atenção para certos **defeitos** de articulação mais frequentes e prejudiciais como passo preliminar para serem **corrigidos** pelo esforço próprio de quem os possui.” (1985: 27)

Embora sendo linguista, Mattoso Câmara é afetado pela posição de sujeito professor de Português de uma instituição oficial ao enunciar as palavras “cuidado”, “evita”, “erros”, “discordância de uso”, “boa/má”, defeitos, prejudiciais, corrigidos. Estas determinações constituem-se da mesma família parafrástica, logo pertencem a mesma formação discursiva: a da normatividade, da correção, da regras, do bom uso. Segundo Pêcheux (1993: 166), *formação discursiva determina o que pode e deve ser dito a partir de uma posição dada numa conjuntura, isto é, numa certa relação de*

*lugares no interior de um aparelho ideológico, e inscrita numa relação de classes* (1993: 166).

Dentro do aparelho ideológico escola e dos seus meios de difusão, o discurso da normatividade evidencia-se através dos significantes que mobilizam o sentido de advertência (“atenção”, “cuidado” “é proibido”). Estes sentidos são produzidos manual ao apontar a forma “correta” para uma “boa” comunicação. No confronto com a normatividade se textualiza o discurso da observância dos fatos linguísticos ao materializar a relação sujeito/autor de um conhecimento científico e a explicitação de que a língua é heterogênea. Portanto, na margem do texto normativo há formulações de outros textos que constituem regiões do saber científico sobre a língua na língua. Neste caso, temos um processo de institucionalização da linguística nos programas escolares oficiais através do Manual de Mattoso Câmara. Para Scherer e Brum de Paula (2002: 125), os materiais de ensino servem de fonte de difusão do saber sobre a língua e sobre o sujeito que fala essa língua.

#### Considerações conclusivas

A institucionalização do conhecimento linguístico se constitui em práticas reflexivas sobre o uso da língua em suas várias formas de comunicação e difusão. A prescrição, embora evidenciada nos rituais de ensino da década de 60 e 70, foi se deslocando do lugar da norma para o dos fatos por meios de novas filiações discursivas. Para Orlandi (2001: 115),

Na textualização, a forma de organização do dizer (da história, do sentido, do poder) nas diferentes regiões se faz presentes. Embora o interdiscurso não seja representável, seus efeitos estão representados na articulação das diferentes formações discursivas que recortam o texto de forma desigual.

O Manual de Mattoso Câmara na condição de um material empírico, o texto, heterogêneo, deixa vestígio de um processo de constituição de um sujeito linguista em um confronto com a posição de um sujeito com preocupação de ensinar a falar e a escrever a língua culta: o gramático, o filólogo, o professor. Entretanto, o discurso da ciência vai constituindo um espaço discursivo nas instituições escolares de formação da elite ao colocar questões para a gramática dentro da gramática. Este Manual marca o acontecimento discursivo da inscrição da linguística nos programas escolares. Desta forma, os trabalhos de Mattoso Câmara instalam uma nova política de ensino no Brasil desde a década de 60 com a publicação de suas reflexões científicas.

**BIBLIOGRAFIA**

AUROX, S. *A revolução tecnológica da gramatização*. Trad. Eni Orlandi, Campinas: Editora da UNICAMP, 1992.

BALDINI, L. "João Ribeiro e Mattoso Câmara entre os fatos da linguagem" In: Orlandi, E. e Guimarães, Eduardo (Orgs.). *Institucionalização dos estudos na linguagem: a disciplinarização das ideias Linguísticas*. Campinas, Ponte, 2002.

CÂMARA JR., J. Mattoso. *Manual de Expressão Oral e escrita*. 8. Ed. Petrópoles: Vozes, 1985.

GUIMARÃES, E. "Os estudos da significação no Brasil: Uma história entre o natural e o histórico no século XIX" In: *Línguas e Instrumentos Linguísticos 4/5*, Campinas: Pontes, dezembro 1999 junho 2000, pp 7/17

\_\_\_\_\_. "Uma política da língua em Said Ali ( O culto como Norma e a Recusa do Purismo)." *Revista da ANPOL*, n.8, p. 11-27, jan/jun.2000

\_\_\_\_\_. "Os estudos da significação no Brasil". *Cadernos de Estudos Linguísticos 42*. Campinas: Unicamp, Jan/jun. 2002.

\_\_\_\_\_. "Entre o estilístico e o gramatical: Mattoso Câmara na história da linguística no Brasil" In: Orlandi, E. e Guimarães, Eduardo (Orgs.) *Institucionalização dos estudos na linguagem: a disciplinarização das ideias Linguísticas*. Campinas: Pontes, 2002.

"LAGAZZI-RODRIGUES, S. "A língua Portuguesa no processo de institucionalização da linguística" In: Orlandi, E. e Guimarães, Eduardo (Orgs.) *Institucionalização dos estudos na linguagem: a disciplinarização das ideias Linguísticas*. Campinas: Pontes, 2002.

ORLANDI, E. "O estado, a Gramática, a Autoria: Língua e Conhecimento Linguístico." In: *Línguas e Instrumentos Linguísticos 4/5*, Campinas, Pontes, dezembro 1999 junho 2000, pp 19/33.

\_\_\_\_\_. "Ponto final: interdiscurso, incompletude, textualização". In: ORLANDI, E. *Discurso e texto; formulação e circulação dos sentidos*. Campinas: Pontes, 2001 (b)

\_\_\_\_\_. *Língua e conhecimento linguístico: para uma História das ideias no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2002 (b).

ORLANDI, E., GUIMARÃES, E. "Formação de um espaço de produção linguística: a gramática no Brasil" In: Orlandi, E. (org.). *História das ideias Linguísticas: construção do saber metalinguístico e constituição da língua nacional*. Campinas: Pontes; Cáceres, UNEMAT/Editora, 2001 (a).

SCHERER, A. E. e PAULA M. R. B. "Memória e história das ideias: o ensino do francês no RS do fim do século XIX ao início do século XX." In: Orlandi, E. e Guimarães, Eduardo (Orgs.). *Institucionalização dos estudos da linguagem: a disciplinarização das ideias Linguísticas*. Campinas: Pontes, 2002.